Os 90 anos da Santa Casa da Misericórdia

Manoel Vieira Araújo, Benjamim António de Oliveira Va

Autarcas visionários e beneméritos, cúmplices num contrato histórico pelo progresso de S. João da Madeira

Misericórdia e Município, uma nonagenária cumplicidade frutuosa

A nonagenária história da Misericórdia sanjoanense entrelaça o seu percurso com muitas outras instituições e pessoas, quer na rotina do seu quotidiano quer no enfrentar de períodos críticos, resultando deste entrelaçar colaborações frutuosas, e muitas vezes decisivas, na configuração do futuro desta Misericórdia e da própria cidade. Entre as instituições onde essa cooperação historicamente se assume reiteradamente activa e profícua, pontifica a Câmara Municipal de S. João da Madeira organismo que, pelo desígnio de alguns dos seus grandes presidentes, soube extrair dessa cooperação ganhos exponenciais na assistência e qualidade de vida dos sanjoanenses. Alguns presidentes mereceram, por efeito desta visão, ser publicamente declarados Irmãos Beneméritos da Misericórdia, qualidade onde se listam Manoel Vieira Araújo, Benjamim António de Oliveira Valente, José da Silva Pinho e Manuel Castro Almeida. A relação entre as Mesas Administrativas que lideraram a Misericórdia e os diversos executivos municipais seus contemporâneos na autarquia, caracteriza-se pois, e salvo duas excepções, como fecunda e cúmplice na defesa dos interesses do concelho e das pessoas que o habitam, sendo adequado afirmar que esta cumplicidade frutuosa materializou um autêntico contrato cujo objecto foi "tão-somente", o progresso de S. João da Madeira. É o evoluir histórico dessa relação que o presente artigo se propõe recuperar.

Benjamim José de Araújo: uma relação afectiva

A fundação da Misericórdia – em 7 de Dezembro de 1921 - precede em 5 anos a emancipação concelhia, que sucede a 11 de Outubro de 1926, na sequência do golpe revolucionário de 28 de Maio. O primeiro elenco autárquico, presidido por Benjamim José de Araújo, manteve sempre uma boa e afectiva relação com a Misericórdia. Recorde-se que o Benemérito Instituidor, Francisco José Luiz Ribeiro, indicou Benjamim José de Araújo como um dos executores testamenteiros, da sua vontade de se construir um hospital em S. João da Madeira. O bom êxito deste desempenho incluiu este futuro presidente autárquico no restrito grupo dos três Irmãos Fundadores da Santa Casa. Este Presidente governou a autarquia num período de grande agitação social e de muita pobreza, atravessando a época do crash bolsista de Nova York e o fim da I República. Estes eventos deixaram o país e a edilidade exangue de recursos, tornando o apoio à Misericórdia moral e afectivo.

De António Henriques a Renato Araújo: a momentos tempestuosos sucede a acalmia

Entre 1934 e 1946, a Câmara Municipal foi liderada por António Henriques, que entre Janeiro de 1949 e Novembro de 1951 cumpriu também os cargos de mesário e provedor na Santa Casa. Este período foi marcado por sérios conflitos e desavenças entre Irmãos e Beneméritos da instituição, desentendimentos apenas superados em fins de 1951, com a exoneração de António Henriques da provedoria. A passagem desta personalidade por ambas as instituições implicou que as quezílias vividas contaminassem a relação entre a Misericórdia e a edilidade, tornando este período infrutuoso e controverso.

Em 1946, é empossado Presidente da Câmara Municipal o Dr. Renato Araújo, personalidade de crucial importância na emancipação do concelho, por isso mesmo considerada o "Pai da independência concelhia". Mostrou-se sempre amigo e admirador da obra da Santa Casa, como se comprova nos enaltecimentos que fez em sessões solenes, quer da acção da instituição quer dos Beneméritos que a protegiam Fez particularmente alguns donativos à Misericórdia, como consta da acta da Assembleia-geral de 1 de Janeiro de 1923, que relata o oferecimento de *" (..) todos os arranjos que se acham nas salas de operações, consultas e curativos"*.

O contexto histórico, todavia, de pós-2ª Guerra Mundial, e a penúria que lhe sucedeu, inabilitava a autarquia de recursos, persistindo esta descapitalizada perante populações grandemente carentes, resumindo-se o apoio municipal à Misericórdia a gestos respeitosos, amistosos e afectivos.

Manoel Vieira Araújo: *à-vontade tanto diante do ministro como do mais humilde servidor*

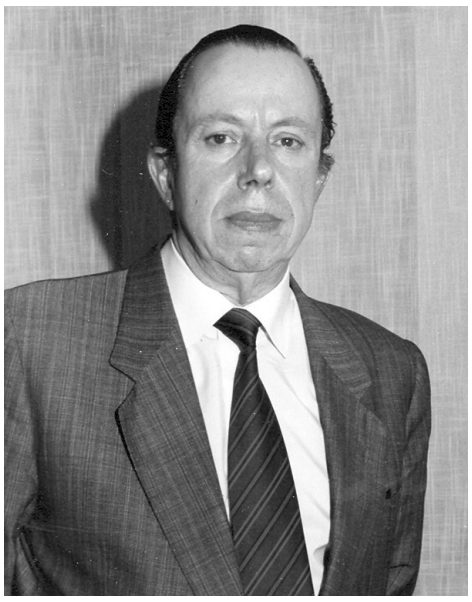
De 1954 a 1962, os destinos do concelho são governados pelo plurifacetado industrial Manoel Vieira Araújo, personalidade que durante 12 anos igualmente integrou a Mesa Administrativa da Misericórdia exercendo, entre outros, os cargos de tesoureiro e de provedor interino, aquando do afastamento destes por motivo de doença. Apesar dos seus pares na Mesa o instarem, por diversas vezes, a propor-se à efectividade do cargo de provedor, nunca cedeu em aceitar pois considerava que o governo da autarquia e das suas indústrias lhe tomavam integralmente o tempo e a atenção disponíveis. Como Presidente da Câmara Municipal empenhou-se em contactos com os ministérios em Lisboa (onde merecia grande prestígio e beneficiava de amigos poderosos, como o Dr. Albino dos Reis, então Presidente da Assembleia Nacional), para ver aprovado o local de edificação do novo hospital, para ver ampliada para 60 camas a capacidade deste, e para negociar o subsídio estatal. Manuel Pais Vieira Júnior, no seu 1º volume sobre a história da Misericórdia sanjoanense, testemunha o bom termo destas diligências, escrevendo a propósito: *"as suas aptidões em matéria de relações humanas, que lhe permitiam à-vontade tanto diante do ministro ou do político influente como do cidadão comum ou do mais humilde servidor, aliadas a uma independência e disponibilidade notórias, iriam ser de extrema utilidade para a Santa Casa. (…) Na dupla qualidade de Presidente da Câmara e Membro da Mesa contribuiu para a construção do novo Hospital, ajudando a vencer incompreensões e barreiras que limitavam as legítimas aspirações de dimensionamento da obra que todos os sanjoanenses desejavam levar a cabo. Em quantos com ele trabalharam deixou um sentimento de admiração e profunda saudade."* Em Outubro de 1966, aquando da inauguração do hospital, a Santa Casa reconheceu publicamente os serviços e as benemerências de Manoel Vieira Araújo (só para a subscrição lançada em apoio do novo hospital contribuiu com o equivalente a 42.000,00 €), descerrando um quadro a óleo, retrato exposto no Salão Nobre. Aos 86 anos, e já retirado da vida pública, da Misericórdia e dos negócios, falece em 1973.

Daniel Ferreira Pinto: a viragem para os novos tempos

Sucede-lhe na presidência do executivo camarário em 1963, e até 1974, o Eng.º Daniel Ferreira Pinto, personalidade que espelhou os seus conhecimentos técnicos na liderança do concelho, orientando S. João da Madeira para os novos tempos que se avizinhavam. Entre muitas outras realizações, principalmente na área do ensino, destaca-se o primeiro planeamento territorial do concelho, tendo avançado na delimitação e construção de zonas industriais, realização impar entre concelhos vizinhos e inovadora, determinante para a criação de riqueza no concelho e para o respectivo ordenamento como futura cidade. Manteve com a Misericórdia relações de cordialidade e cooperação, resolvendo-se todas as matérias colocadas, entre elas a abertura, calcetamento e infraestruturas do acesso ao novo hospital, tendo a Santa Casa cedido gratuitamente ao município 1.400 m2 de terreno por contrapartida. Anualmente a edilidade atribuía, ainda, um subsídio para as obras da Misericórdia, que foi de 30.000$00 em 1965.

A Comissão Administrativa de Benjamim António e de José da Silva Pinho e a orientação da Misericórdia para a Acção Social

Com a mudança de regime que segue à revolução de Abril de 1974, alterou-se a orgânica e as competências do poder local. Primeiramente, e durante dois anos, a edilidade foi liderada por uma Comissão Administrativa encabeçada por Benjamim António de Oliveira Valente como Presidente, e por



José da Silva Pinho como Vice-Presidente. Eram duas personalidades muito distintas, de proveniências e percursos socioprofissionais diferentes, mas que se completavam e se compreendiam de modo exemplar. Benjamim António de Oliveira Valente, filho único do antigo provedor Benjamim Valente da Silva, nasce no seio de uma família abastada, tendo cursado e completado estudos superiores de economia. Era um homem tranquilo, bem-disposto e bairrista, mormente residir no Porto, onde exercia profissionalmente num escritório de negócios. José da Silva Pinho, por sua vez, provinha de uma família humilde mas foi dotado de vontade férrea, desejoso de realização, fazendo-se por si e alcandorando-se a um lugar de destaque na terra. Comerciante de profissão, proprietário dos meios de comunicação social "O Regional" e a "Rádio Regional Sanjoanense", foi sempre expedito, enérgico e pragmático nas suas realizações, pugnando por ver as suas iniciativas rapidamente consumadas. A acção destes autarcas não foi fácil pela turbulência política característica da época, mas conseguiram, com o apoio da generalidade da população, governar os destinos do concelho. Inestimável e exemplar foi o apoio na reorientação do desempenho da Misericórdia para a área da Acção Social, decisivo no revigoramento da Irmandade, amputada que estava da gestão do hospital por efeito da nacionalização deste em Maio de 1975.

Cedência de terrenos para a construção de equipamentos sociais

Em 1976 a autarquia aprova a cedência da antiga casa A. F. Santos e do terreno, para construção do Lar de Idosos "S. Manuel", ou do Centro da 3ª Idade como à época lhe chamavam. Por esta altura, muito solicitou a Misericórdia, secundada por diversos sanjoanenses, o empenhamento da autarquia na defesa da unidade hospitalar, cujos serviços começavam a definhar, como o atesta a perda da Maternidade, valência onde no ano precedente à nacionalização haviam nascido cerca de 800 crianças. Benjamim António e José da Silva Pinho bem tentaram, mas a racionalidade do tempo era outra. Logo depois do fecho da Maternidade foram encerrados e transferidos para Oliveira de Azeméis, outros

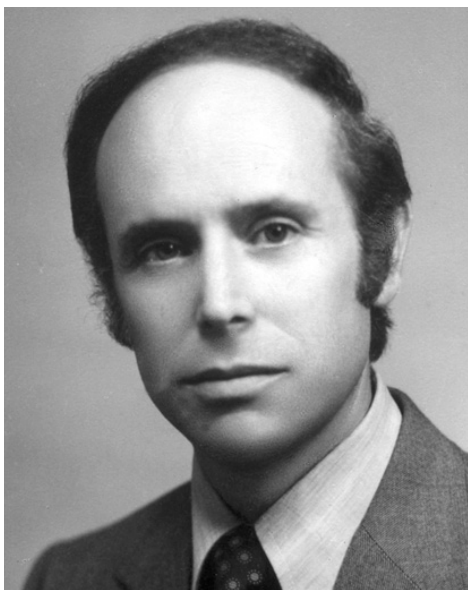
lente, José da Silva Pinho e Manuel Castro Almeida

sete serviços e consultas, pressagiando um desditoso futuro ao hospital que os sanjoanenses tanto se empenharam em construir.

A partir do início de 1977 e até 1979, Benjamim António de Oliveira Valente, agora já sem José da Silva Pinho, continua no elenco municipal, como primeiro presidente eleito por sufrágio directo e universal.

No início de 1979, a Câmara Municipal cede mais uma parcela de terreno à Misericórdia e subsidia-a com 2.050.000$00, visando a construção e equipamento do sobredito Lar de Idosos. A comprovar o bom entendimento entre as duas instituições, respiga-se uma afirmação do livro de Manuel Pais Vieira Júnior, quando escreve: "*Hoje, como ontem, são da maior cordialidade estas relações, sempre dominadas por um espírito de franca colaboração"*. Benjamim António cessa o seu mandato autárquico em 1979. Já antes cessara as funções de mordomo que exercera na Mesa Administrativa da Misericórdia, entre 1972 a 1974. Vem a falecer aos 70 anos, em 2005.

José da Silva Pinho: doar à Misericórdia era dar à terra



Em Janeiro de 1980, José da Silva Pinho toma posse como Presidente eleito da Câmara Municipal, assumindo para si como primeiro objectivo e ponto de honra a reabertura da Maternidade, que funcionou, no nosso Hospital, entre 1980 e 1985.

Prosseguiu o bom relacionamento com a Santa Casa, cuidando aquele autarca de saber as necessidades da instituição, conforme sublinha Manuel Pais Vieira Júnior: *"Se possível, este relacionamento foi ampliado pela situação de perfeito conhecimento das motivações e pela amizade existente entre os representantes da mais importante entidade (…) cooperadora no bem-estar dos munícipes (…) e os responsáveis pela administração pública. (…) Sucessivas cedências patrimoniais por parte da Misericórdia em condições equitativas, sempre em negociações amigáveis, possibilitaram a realização de importantes melhoramentos de utilidade pública; apoios financeiros político-administrativos e técnicos por parte da Câmara ocorreram desde sempre; porém, as cedências camarárias de terreno para empreendimentos da Misericórdia deram a este relacionamento institucional uma extensão nunca antes verificada e foi determinante para o êxito das iniciativas da Santa Casa"*.

Esta frutuosa colaboração traduziu-se na cedência pela Misericórdia, de terreno a nascente do hospital, para implantação do leito da avenida Dr. Renato Araújo, fazendo-a prosseguir para sul, por troca com igual metragem de terreno a sul do hospital; e dos terrenos da Quinta das Laranjeiras, para a construção da Central de Camionagem. A autarquia preparou a doação das restantes parcelas de terreno junto ao Lar de Idosos, permitindo o desenvolvimento do actual complexo assistencial da Misericórdia, com a construção do Abrigo Infantil das Laranjeiras, do Centro de Acolhimento Temporário de Menores, da Casa de Repouso, e da Unidade de Cuidados Continuados. Esta cedência de terrenos sucedeu sempre sob a convicção de que dar à Misericórdia era dar à terra pois esta ajudava a autarquia a resolver os problemas dos sanjoanenses.

A Misericórdia perde um amigo dedicado

Em Junho de 1983, José da Silva Pinho demite-se da presidência por divergências com a Assembleia Municipal, que teve por inultrapassáveis. O Provedor, com a anuência dos mesários, ditou nessa ocasião para a acta da Mesa Administrativa: *" (…) não pode deixar de manifestar o seu desapontamento pela ocorrência que, em sua opinião, priva a nossa terra de um grande Presidente e esta Instituição de um amigo dedicado e compreensivo, sempre disposto, no desempenho daquele alto cargo, a ouvir e a atender as nossas repetidas solicitações"*. Em 16 de Dezembro de 1983, em assembleia-geral de Irmãos, Benjamim António de Oliveira Valente e José da Silva Pinho são, por decisão unânime dos Irmãos presentes, elevados à qualidade de Irmãos Beneméritos. José da Silva Pinho ocupa presentemente, e desde 1999, um lugar de responsabilidade nos órgãos sociais da Irmandade, o de secretário da Mesa da Assembleia Geral.

Manuel de Almeida Cambra e o regresso dos tempos conturbados

Entre Maio de 1984 e Dezembro de 2001, preside à autarquia sanjoanense Manuel de Almeida Cambra. Inicialmente muito popular, dotado de grande força de vontade e determinado em transformar a face da cidade, abrindo e rasgando ruas e avenidas sem se deter por quaisquer constrangimentos regulamentares. A sua liderança de 17 anos na Câmara Municipal, a despeito de muitas realizações, criou também enorme crispação entre os sanjoanenses, como já se não via desde António Henriques. A relação com a Santa Casa pautou-se por atritos e distanciamentos, com intervalos de cooperação, parecendo pouco sensível à obra social da Misericórdia. A autarquia reduziu o subsídio anual, demorou-se a desbloquear o loteamento dos terrenos das Fontaínhas, e protelou indefinidamente a celebração das escrituras dos terrenos cedidos por elencos directivos anteriores. A agravar as relações institucionais, tentou, sem aviso ou contacto prévio, derrubar o muro delimitador da propriedade da Misericórdia defronte ao Lar de Idosos, visando alargar a rua Manuel Luís Leite Júnior. A direcção da Santa Casa opôs-se vigorosamente, e esta obra só foi possível depois de se cumprirem determinados requisitos essenciais para a Misericórdia. Cartas menos correctas, como a ameaça de corte de água ao Lar de Idosos e ao Centro de Acolhimento Temporário de Menores por atraso no pagamento destes consumos (decorrente do inaudito agravamento das tarifas municipais que obrigavam a instituição a pagar taxas equivalentes ao sector industrial), em nada concorreram para o bom entendimento entre ambas as instituições. Pelo meio das desavenças, e intermitentemente, foi possível alguma colaboração. Em 1990 a edilidade aprovou um subsídio de 13.000.000$00 para a construção do Centro de Acolhimento Temporário de Menores e prontificou-se a apoiar os custos de manutenção. Em 1991 a autarquia, por proposta do vereador Nuno Vieira, aprovou por unanimidade a concessão da Medalha de Ouro de Mérito Municipal à Santa Casa da Misericórdia *"pela acção dinâmica e sacrificada dos componentes da Instituição"*. Em 1998 assinou-se (finalmente) a escritura de cedência do terreno da Casa de Repouso e, já na provedoria de Sidónio Pardal, a autarquia concedeu um subsídio de 10.000.000$00 para a aquisição da vivenda António Augusto Peres Alves da Silva, à Rua Oliveira Júnior, onde veio a instalar-se a valência de apoio aos toxicodependentes "O Trilho". Pela mesma altura, cedeu dois espaços para instalação dos centros de ATL que serviam os alunos das EB1 de Casaldelo e de Espadanal.

Manuel Castro Almeida e a pacificação da sociedade sanjoanense

Com a eleição do Dr. Manuel de Castro Almeida, em Dezembro de 2001, muda todo o panorama e inicia-se um período de pacificação da sociedade sanjoanense. São inúmeras as realizações que tornaram S. João da Madeira numa linda cidade, com bons equipamentos, onde é agradável viver e onde a população beneficia de um dos melhores níveis de vida do país. O presidente é um político experiente, com qualidades inatas para o cargo e bem preparado, condições que o habilitam a abordar facilmente os governantes regionais e nacionais, almejando e sucedendo na superação dos problemas do concelho. A tomada de posse do Dr. Manuel Castro Almeida ocorre no mesmo dia do empossamento dos órgãos sociais da Misericórdia eleitos para o triénio 2002-2004. Ao comparecer a este evento, fazendo dessa presença o primeiro acto oficial da sua presidência, o Dr. Manuel Castro Almeida homenageia a Irmandade. No seu discurso na ocasião, lembra a excelência da obra da Misericórdia, cujo enquadramento urbano enaltece como das parcelas mais bonitas da cidade. Lembra, ainda, a figura de um seu próximo, o antigo mesário da instituição, José Duarte Gonçalves da Silva, personalidade que lhe fez conhecer e o habituou a admirar a instituição.

Um interlocutor fácil e atento

A postura de diálogo, o reconhecimento da importância das instituições locais, e a vontade de cooperar, recuperaram as condições para um relacionamento amistoso e de boa colaboração com a Misericórdia, atitude que só trouxe proveitos para os sanjoanenses. Manuel Castro Almeida foi sempre um interlocutor fácil e atento, compreendendo desde o início que os interesses da Misericórdia são os interesses de S. João da Madeira. A iniciativa de propor e defender junto do executivo municipal e da Assembleia Municipal a cedência de terrenos para a construção da Creche – Ludoteca e, também, para um novo Lar da Terceira Idade, bem como o denodado empenho na defesa do nosso hospital, propriedade da Santa Casa, gestos especialmente enfatizados de entre muitas outras pequenas manifestações de apreço, levaram os Irmãos a distingui-lo em assembleia-geral de 15 de Novembro de 2010, declarando-o Benemérito. No próximo dia 8 de Dezembro, em sessão solene, o Irmão Manuel Castro Almeida será homenageado com a entrega de diploma de Irmão Benemérito e verá ser descerrado um quadro a óleo que perpetue esta fecunda colaboração.

Duas coisas indispensáveis à Misericórdia: a caridade dentro de portas e a política ausente

A cumplicidade entre as duas maiores instituições concelhias pelo progresso de S. João da Madeira, expressa quase ininterruptamente desde a origem de ambas, frutificou e tornou a cidade mais solidária. Esta colaboração escora-se no exercício apartidário das sucessivas Mesas Administrativas, que sempre recusaram participar no jogo partidário, honrando um valor inscrito na matriz definida ad origine, logo acto inaugural do primeiro hospital, em de 1 Janeiro de 1923, quando o Dr. Amador Valente, à época Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, fez votos de que *"nunca mine dentro da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira o cancro, sobre todos contumaz e rebelde, da política"*. Esses votos são ratificados em 11 de Julho de 1926, no acto de posse dos órgãos sociais para o biénio 1926/1928 quando o primeiro provedor, Oliveira Júnior, lembrou, segundo os termos da acta desse evento, *" (…) que duas coisas eram indispensáveis ao progresso destas instituições (as Misericórdias): a caridade que nunca deverá deixar de ali existir, e a política que ali nunca deverá entrar."* Diversos executivos municipais apreenderam esta separação, distanciamento que lhes permitiu articular com a Misericórdia com o exclusivo propósito de se multiplicarem os benefícios em prol da comunidade sanjoanense, especialmente dos cidadãos mais carenciados. Esta postura é para manter e honrar, continuando a Irmandade a pelejar o bom combate, o do serviço e da solidariedade.